



Breves considerações sobre o abastecimento de água na RMM

Euler Cavalcante Eleotério¹

Marcos Castro de Lima²

Ana Beatriz Castro de Jesus³

Resumo

A globalização desencadeou na descentralização do Estado como principal agente na geopolítica, levando a abertura de países em desenvolvimento ao mercado global sob um discurso de gestão pública ineficiente. O objetivo deste trabalho consistiu na caracterização das formas de abastecimento de água na RMM. Os resultados apontam para uma frequente adoção de formas alternativas de abastecimento de água. A conclusão indica que a privatização dos serviços de abastecimento está mais relacionada com a lógica de reprodução do capital do que com a universalização do acesso à água.

Palavras chave: Globalização; Região-Metropolitana-de-Manaus; Água.

Brief considerations on water supply in the RMM

Abstract

Globalization has led to the decentralization of the state as the main agent in geopolitics, opening up developing countries to the global market under a discourse of inefficient public management. The aim of this study was to characterize the forms of water supply in the RMM. The results point to the frequent adoption of alternative forms of water supply. The conclusion is that the privatization of water supply services is more related to the logic of capital reproduction than to universal access to water.

Key words: Globalization; Metropolitan-Manaus; Water.

¹Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e-mail: eulereleoterio2@gmail.com

² Professor Adjunto na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e-mail: castrolmar1@gmail.com

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e-mail: castrob491@gmail.com



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



Introdução

O advento da globalização que se deu a partir da década de 1980 desencadeou uma revolução epistemológica nos estudos geopolíticos que desde então passaram a caracterizar-se pela descentralização do Estado tendo em vista a eclosão de novos agentes com potencial de intervenção em escalas internacionais como as Organizações Internacionais, empresas transnacionais e multinacionais, blocos econômicos, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e os movimentos sociais, além de novos campos de lutas, importantes para a compreensão das relações de poder no espaço mundial, como por exemplo, a questão ambiental, a luta pelos direitos das mulheres e a defesa das minorias étnicas (VESENTINI, 2011).

A partir da década de 1990 o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Consenso de Washington passaram a impor uma agenda política com vistas à redução da intervenção dos Estados nas dinâmicas sociais e econômicas a ser implementada por órgãos financiadores internacionais que influenciou a organização espacial, especialmente nos países em desenvolvimento, marcada pela redução de gastos públicos em relação à totalidade do Produto Interno Bruto (PIB) em temas eminentemente sociais como, por exemplo, infraestrutura e saneamento, sob o discurso de ineficiência do Estado na gestão dos serviços públicos, entretanto, essas mesmas mudanças não se verificam nos países em desenvolvimento, o que pode dar margem a interpretação de que a agenda política imposta pelo FMI objetiva na verdade a abertura dos países em desenvolvimento ao mercado global (COSTA, 1994).

No setor do saneamento brasileiro, essa nova dinâmica global se expressou a partir do Plano de Modernização do Setor de Saneamento (PMSS) realizado com financiamento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) do grupo Banco Mundial e implementado a partir de 1994 com objetivo final de viabilizar as concessões privadas a partir da modernização da infraestrutura das Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs) (COSTA, 1994).

A Região Metropolitana de Manaus (RMM) em sua totalidade apresenta 2.532.519 habitantes (IBGE, 2022), entretanto, desse total 81% vivem somente no



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



município de Manaus (IBGE, 2022), sendo esta uma população estimada mais de 19 vezes maior que a municipalidade de Itacoatiara, a segunda maior população com 103.598 pessoas (IBGE, 2022), o que torna plausível deduzir que somente a cidade Manaus possui demanda suficiente para justificar a implantação de um regime de concessão privada do saneamento, uma vez que este atua sob uma lógica corporativista, portanto, visando o lucro. Deste modo, este trabalho apresenta como objetivo a caracterização das formas de abastecimento de água nas municipalidades abrangidas pela (RMM) e a sua relação com o contexto geopolítico atual.

Metodologia

Realizou-se o levantamento bibliográfico para abordar o debate referente à apropriação social da água. Nesses mesmos termos houve ainda a revisão do processo de formação da RMM em seu âmbito normativo-jurídico.

Além disto, foi realizada a coleta e tratamento de dados de bases de dados de livre acesso, a saber, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS) para a produção de quadros e materiais cartográficos para fins de melhor compreender a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e estabelecer uma caracterização das formas de abastecimento de água nas municipalidades abrangidas pela RMM.

Desenvolvimento

A água se apresenta enquanto um recurso natural estratégico, pode ser analisada em sua dimensão geopolítica, a partir de diversas perspectivas. Em ‘A geopolítica da água’ (2017) a autora aponta para a necessidade de uma nova reflexão sobre a gestão da água e aborda diversas problemáticas referentes a apropriação social deste recurso como a sua distribuição desigual, os conflitos territoriais pela água e a sua mercantilização, o qual abordaremos a seguir.

Embora a Organização das Nações Unidas (ONU, 2010) tenha reconhecido a água e ao saneamento básico como um direito humano, e, portanto, a necessidade de



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



universalização do acesso, Pinto (2017) aponta para o apoio aos chamados ‘empresários da água’ via determinação da Organização Mundial do Comércio (OMC) que entende a água enquanto um serviço, passível de comercialização.

Em “El agua como servicio público” Capel (2000) demonstra a relação entre a privatização dos serviços de abastecimento de água e a globalização por meio do estímulo a transferência destes serviços por parte de organizações financiadoras internacionais ao setor privado como meio para redução de gastos públicos e aponta ainda que as grandes empresas que pleiteiam as concessões são membros de grandes conglomerados que diversificam suas atividades à medida que se instalam na prestação de serviços públicos.

A partir destes momentos abordaremos brevemente a formação da RMM em seu âmbito normativo-jurídico. Preliminarmente devemos compreender a relação entre a globalização e as regiões metropolitanas. Silva e Lima (2020) corroboram nesse entendimento ao pontuar que a globalização se apresenta como uma força motora para a reestruturação produtiva em face da inserção das dinâmicas internacionais sobre o lugar, resultando na metamorfose metropolitana.

A formação da RMM apresenta dois momentos distintos. Em um primeiro momento por meio da lei complementar estadual nº 52/2007 a RMM foi instituída, sendo composta pela capital do estado, Manaus e seus municípios limítrofes. Ainda no mesmo ano a lei complementar adicionou o município de Manacapuru aos componentes. Em um segundo momento, após dois anos, por meio da lei complementar nº 64/2009 foram adicionadas mais quatro municipalidades, sendo esta a sua composição atual, totalizando 13 municipalidades. (SILVA, 2022)

Assim, Silva (2022) organiza a formação da RMM em dois colares por critério de adjacência, sendo o primeiro colar composto por Manaus e seus municípios limítrofes e Manacapuru, e o segundo colar, pelos municípios que não apresentam limites diretos com a metrópole Manaus. Lima (2014) acrescenta ainda que a institucionalização da RMM se apresenta enquanto um caso singular, tendo em vista que, a sua formação jurídica antecede ao fenômeno de metropolização intermunicipal, tratando-se de instrumento a indução ao processo de metropolização.



03 e 04 de setembro de 2024



Abordaremos a partir desse momento os agentes sociais que permeiam a prestação dos serviços de abastecimento de água na RMM que se manifesta por meio de múltiplos modelos de gestão (Quadro 01):

Quadro 01: Modelos de gestão e agentes prestadores dos serviços de abastecimento de água na RMM:

Modelo de gestão	Prestador	Municípios
Concessão Privada	Manaus Ambiental	Manaus
Autarquia	Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE).	Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Iranduba, Manacapuru.
Administração Direta	Prefeitura	Itapiranga, Novo Airão, Careiro, Silves
Sociedade de economia mista	Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA)	Autazes, Manaquiri, Careiro da Várzea

Organização: A autoria; Fonte: SNIS (2022)

O Grupo de Saneamento e Saúde Ambiental - GSS (2012) contribui com esta pesquisa ao elucidar o modo como se estruturam estes modelos de gestão, os quais abordaremos a seguir.

Administração direta municipal: O poder público municipal é o responsável direto pela gestão dos serviços de saneamento, onde as atribuições distribuem-se entre vários órgãos segundo a sua função, a partir de um órgão central.

Autarquia municipal: As autarquias caracterizam-se por serem entes administrativos dotados de autonomia e por possuírem personalidade jurídica e natureza pública, criadas para prestação de serviços públicos.

Companhia estadual: Trata-se de sociedades de economia mista, que prestam serviços por meio de concessão municipal, caracterizadas como sociedade anônima de direito privado, cujo Poder Público se apresenta como principal acionista.

Concessão Privada: Trata-se de empresas privadas que prestam serviços públicos por meio de concessões municipais. A atual onda de privatização de serviços públicos no setor saneamento se iniciou a partir dos anos 90 por meio de um processo de reforma de



03 e 04 de setembro de 2024



Estado caracterizado pela desestatização e modernização de serviços públicos sob a lógica da ideologia neoliberal.

Nesse contexto, construiremos a seguir uma análise do quadro geral do abastecimento de água na RMM a partir da espacialização da proporção de domicílios com abastecimento de água no ano de 2010 conforme observado a seguir (Figura 1).

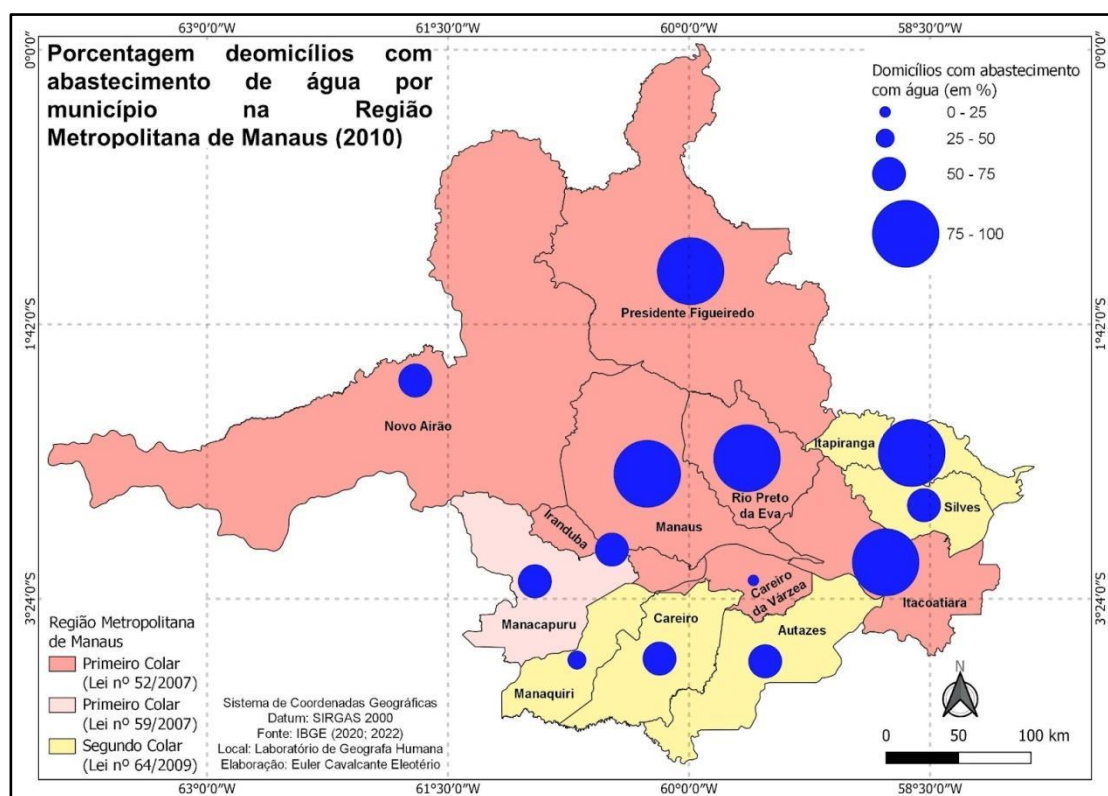


Figura 1. Porcentagem de domicílios com abastecimento de água por município na RMM. Organização: A autoria. Fonte: IBGE (2021; 2022).

A partir da espacialização dos dados foi possível realizar as seguintes observações: i) As municipalidades que apresentam maior proporção de domicílios com abastecimento de água tendem a se localizar no primeiro colar da RMM e; ii) Os municípios com menor proporção de domicílios tendem a se localizar no segundo colar. Estas tendências não se configuram como generalizações tendo em vista que se verificam municipalidades que escapam a essas tendências, por exemplo, Careiro da Várzea, no primeiro colar, mas, com menor percentual entre os municípios da RMM, e Itapiranga, no segundo colar, e entre os três municípios com maior proporção de domicílios.



03 e 04 de setembro de 2024



Agora, analisaremos as formas de abastecimento na RMM conforme metodologia proposta em Landau et al. (2016) que consiste na aglomeração das tipologias identificadas pelo IBGE em classes. Devemos considerar ainda a dinâmica socioespacial (rural *versus* urbana) dos municípios tendo em vista que a expansão dos sistemas públicos de abastecimento de água apresenta maior viabilidade em espaços urbanos. Os resultados obtidos podem ser lidos a seguir (Quadro 02):

Quadro 02: Formas de abastecimento de água versus dinâmica socioespacial na RMM em 2010

Setor	Município	abastecidos por rede geral (%)	abastecidos por poço ou nascente (%)	outras fontes de abastecimento (%)	População urbana (%)	População rural (%)
P.C.	Manaus	75,49	23,70	0,81	99,49	0,51
P.C.	Presidente Figueiredo	57,89	33,82	8,29	47,84	52,16
S.C.	Itapiranga	76,54	7,14	16,32	78,57	21,43
P.C.	Rio Preto da Eva	46,70	41,89	11,40	47,46	52,54
P.C.	Itacoatiara	73,35	9,07	17,59	66,97	33,03
P.C.	Irlanduba	61,75	21,95	16,31	71,06	28,94
P.C.	Manacapuru	55,57	24,42	20,01	70,68	29,32
P.C.	Novo Airão	54,54	22,53	22,94	64,52	35,48
S.C.	Autazes	20,27	48,32	31,41	43,23	56,77
S.C.	Careiro	36,42	35,05	28,53	28,83	71,17
S.C.	Silves	48,85	15,21	35,94	47,71	52,29
S.C.	Manaquiri	35,15	11,95	52,90	30,97	69,03
P.C.	Careiro da Várzea	11,25	11,36	77,39	4,18	95,82

Organização: A autoria; fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010)



O quadro acima demonstra que os municípios onde a população urbana é predominante a rede geral se apresenta enquanto principal forma de abastecimento (acima de 50%). Entretanto, nos municípios em que a população rural é predominante as categorias “abastecidos por poços ou nascentes” e/ou “outras fontes de abastecimento” apresentam aumentos significativos em seus percentuais, havendo nesses casos um maior equilíbrio entre as formas de abastecimento de água.

Identificou-se ainda que seis das sete municipalidades onde a rede geral se apresenta como forma majoritária de abastecimento (acima de 50%), estão localizadas apenas no Primeiro Colar da RMM.

Quando consideramos apenas as categorias “abastecidos por poços ou nascentes” e “outras fontes de abastecimento” nota-se que de modo geral as soluções alternativas de abastecimento se fazem muito presentes nas abrangências da RMM, não havendo um predomínio de uma categoria sobre a outra.

Observou-se que em pelo menos três municipalidades (Careiro da Várzea, Manaquiri e Autazes) não possuem a ‘rede geral’ como principal forma de abastecimento de seus domicílios. Em relação ao município de Autazes, a rede geral, entre as categorias analisadas aparece com a menor participação (20,27%). Os “abastecidos por poços ou nascentes” são a principal categoria (48,32%) nas formas de abastecimento de água dos domicílios, acompanhada pela categoria “outras fontes de abastecimento” (31,41%).

Os municípios de Manaquiri e Careiro da Várzea desenvolvem uma situação ainda mais peculiar, onde a categoria “outras fontes de abastecimento” apresenta participação majoritária entre as formas de abastecimento, respectivamente (52,90%) e (77,39%). Deve-se ter em conta que como pontuado por Lima (2021) as possibilidades de expansão urbana em Careiro da Várzea são influenciadas pela dinâmica do regime hidrológico de enchentes e vazantes do rio Amazonas e, apesar de compor uma região metropolitana e de sua proximidade com a metrópole Manaus, não se apresenta enquanto um espaço metropolizado.



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



Considerações finais

Tendo em vista os levantamentos realizados ao longo deste trabalho, realizaram-se as seguintes reflexões. Em relação ao atual contexto geopolítico que se estabeleceu em função do fenômeno da globalização e que se manifesta, neste contexto, a partir da privatização de serviços públicos foi possível identificar nesta pesquisa o estabelecimento de uma dinâmica de seletividade na inserção dos lugares na lógica neoliberal em função das condicionantes de reprodução do capital.

No caso da RMM isso se evidencia a partir da constatação de que somente o regime de concessão privada foi estabelecido somente no município de Manaus, enquanto que as demais municipalidades permanecem sendo operadas por entidades públicas, mediante múltiplos modelos de gestão. Nesse sentido, cabe ainda enfatizar a presença sólida de adoção de formas alternativas de abastecimento de água neste recorte espacial.

Por fim, mediante estas considerações é possível compreender que no âmbito do setor do saneamento, a inserção dos lugares nas dinâmicas globais, que se traduz aqui a partir da instalação dos regimes de concessão privada nos serviços de abastecimento de água, está mais relacionada com a lógica de reprodução ampliada do capital do que com o discurso neoliberal de ineficiência do Estado na universalização do acesso à água, tendo em vista a dinâmica de seletividade praticada pelos agentes privados.

Referências

CAPEL, Horácio. El agua como servicio público. In: Seminario internacional "faire parler les reseaux: l'eau, Europe-Amérique Latine". 20-21 de janeiro de 2000, Paris.

COSTA, André Monteiro. Análise histórica do saneamento no Brasil. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro, 1994.

GSS – GRUPO DE SANEAMENTO E SAÚDE AMBIENTAL. Modelos de Gestão dos Serviços de Saneamento no Brasil: Limites e Possibilidades. Relatório Final. Universidade Federal da Bahia: Departamento de Engenharia Ambiental. Salvador, 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População residente, por cor ou raça. Censo Demográfico. 2022. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9605>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2022.



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade



Universidade Federal do
Amazonas

Departamento de
Geografia

Laboratório de Geografia
Humana

03 e 04 de setembro de 2024



LIMA, Marcos Castro de. Cidades anfíbias na Amazônia brasileira: Tempo cíclico/ecológico e acíclico/ecológico em Anamá e Careiro da Várzea. In: LIMA, Marcos Castro; ARAÚJO, Nelcione José de Souza; CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. A geografia amazônica em múltiplas escalas. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: EDUA, 2021, p. 73-96.

LANDAU, Elena Charlotte; MOURA, Larissa; LUZ, Walcrislei Vercelli. Abastecimento de Água nos Domicílios Urbanos e Rurais do Brasil em 2010. In: LANDAU, Elena Charlotte; MOURA, Larissa. (Ed.). Variação geográfica do saneamento básico no Brasil em 2010: Domicílios urbanos e rurais. Brasília, DF: Embrapa, p.37-74, 2016.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. The Right to Water. Geneva, 2010.

PINTO, Elis. Geopolítica da água. Revista de Geopolítica, v. 8, nº 1, p. 19 - 32. 2017

SILVA, Fredson Bernardino Araújo; LIMA, Marcos Castro de. Careiro da várzea e Iranduba: Casos de metropolização seletiva no contexto da Região Metropolitana de Manaus. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém, vol. 8, nº 01, p. 34-53, 2020.

SILVA, Fredson Bernardino Araújo. Metropolização do espaço urbano na Amazônia Ocidental: discurso e diferenciação espacial na Região Metropolitana de Manaus. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

VESENTINI, José William. Novas geopolíticas. São Paulo: Contexto, 2004.

Agradecimentos

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela concessão de bolsa de iniciação científica do primeiro autor no período de 2023-2024, e bolsa de mestrado da terceira autora.

doi 10.29327/amazonas-o-agrario-o-politico-e-o-urbano-na-contemporaneidade-467757.903798

ISBN 978-65-272-0652-1